

Relatório de seminários do fluxo penalização a céu aberto (PCA)

Do conjunto de seminários ocorridos no interior do PTE durante do ano de 2011, quatro estiveram diretamente relacionados ao fluxo PCA. O primeiro foi realizado por Vera Schroeder, doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa sanduíche no departamento de filosofia da Universidade de Liège, Bélgica, e coordenadora do *Instituto de Estudos de Soma*. A pesquisadora realizou sua exposição no dia 17 de outubro de 2011, sobre *Resistências e subjetividades*¹. O segundo seminário pertinente ao fluxo PCA, foi realizado em 28 de outubro de 2011, pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e filósofo com larga experiência nos estudos foucaultianos, Guilherme Castelo Branco, com o seminário *Sujeição, assujeitamento e subjetividade*². O terceiro foi realizado em duas sessões, nos dias 31 de outubro e 16 de novembro de 2011, acerca dos *Protestos globais, internet e novos movimentos*³, realizado por Acácio Augusto, pesquisador do PTE. Por último, o seminário *o ingovernável*⁴, realizado por Edson Passeti, pesquisador responsável do PTE; realizado no dia 21 de novembro de 2011⁵.

¹ Ver cartaz em http://www.pucsp.br/ecopolitica/imgs/seminario_vera_schroeder.jpg, consultado em 29.02.2012.

² Ver cartaz em http://www.pucsp.br/ecopolitica/imgs/seminario_guilherme_castelo.jpg, consultado em 29.02.2012.

³ Ver cartazes em http://www.pucsp.br/ecopolitica/imgs/banner_acacio_augusto.jpeg e http://www.pucsp.br/ecopolitica/imgs/unknown_parameter_value.jpeg, consultado em 29.02.2012.

⁴ Ver cartaz em http://www.pucsp.br/ecopolitica/imgs/banner_edson.jpg, consultado em 29.02.2012.

⁵ Todos os seminários são filmados e encontram-se arquivados, eletronicamente, no arquivo audiovisual do PTE.

Seminário 1

A exposição do primeiro seminário suscitou uma inquietante discussão acerca das práticas de libertação que incidiram sobre investimentos terapêuticos e psiquiátricos e que hoje, funcionam como terapias alternativas. Estas ao invés de enfrentar os governos e atizar rebeldias, produzem um efeito de amansamento e conforto diante das novas tecnologias de controle, funcionando como administradoras dos conflitos subjetivos tão em voga no capitalismo contemporâneo. A expositora, com longa experiência como *somaterapeuta* (uma terapia anarquista inventada na década de 1970, pelo terapeuta anarquista, escritor e dramaturgo Roberto Freire), anunciou um impasse que não desatou até o final do seminário. De um lado, há uma constatação, não muito nítida, de que a *somaterapia* só pode ser apreendida como prática de resistência a partir da situação histórico-política que ela emerge, junto aos exercícios corporais propostos por Freire no Teatro Macunaíma. De outro lado, precisamente por isso, ela não poderia ser simplesmente repetida nos dias de hoje, sem correr o risco de ser elencada na variedade de terapias alternativas, que ao invés de excitar a agressividade e a originalidade de cada indivíduo (cf. propõe a somaterapia, a partir dos estudos de Wilhem Reich), produzem efeitos pacificadores e fornece tecnologias para a administração dos conflitos subjetivos.

A expositora privilegiou as vinculações intelectuais que as terapias apontadas por ela como libertárias, possuíam com as produções da *antipsiquiatria*, em especial na obra do psiquiatra italiano Franco Basaglia e nas contribuições do antropólogo Gregory Bateson junto à escola de *Palo Alto* na Califórnia. Levantando a hipótese de que grande parte das terapias alternativas contemporâneas são tributárias desses autores e, ao mesmo tempo, em defesa das posições de Bateson no final de sua vida, a partir de um artigo que contesta os rumos da escola de *Palo Alto*, na década de 1970, na qual ele já apontava para uma captura das práticas libertadoras das terapias direcionadas aos

diagnosticados como esquizofrênicos (ver: Gregory Bateson. "Toward a theory of schizophrenia" In *Steps to an Ecology of Mind*. Nova Iorque: Ballantine Books, 1972, pp. 201-227.). Parte desta discussão foi publicada no desdobramento eletrônico da revista *verve* (*vervedobras*) na forma de texto apresentado no evento do PTE *Roberto Freire: uma existência libertária*. (ver <http://www.nu-sol.org/verve/pdf/verve20-dobras.pdf>).

Seminário 2

O segundo seminário, proferido por Guilherme Castelo Branco, teve como objetivo principal esclarecer a noção foucaultiana de *assujeitamento*. Noção controversa, mas fundamental para o PTE. Controversa, porque largamente usada por comentaristas e pesquisadores que partem dos escritos de Michel Foucault, mas que dificilmente recebe uma conceituação precisa, muitas tratada como sinônimo e sujeição. Ou mesmo a ponto de, por exemplo, uma obra dedicada a se constituir como vocabulário filosófico da obra de Michel Foucault não possuir o verbete *assujeitamento*, mesmo tratando da questão no verbete *subjetivação* (Ver Edgardo Castro. *Vocabulário de Foucault*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009). Fundamental para o projeto por se tratar de uma chave analítica tanto para compreender a confusão contemporânea em torno do que se entende por resistências e, ao mesmo, tempo por tratar de uma conduta que suprime as liberdades num contexto democrático, se constituindo como conduta privilegiada dos campos de concentração a céu aberto.

O expositor anunciou de início suas referências: três textos de Foucault, "O que são as luzes?", "O que é a crítica?" e "O sujeito e poder"; o texto "O que é o Iluminismo?", de Kant; uma breve passagem de "A ciência do espírito" de Hegel. Isto para mostrar que quando Foucault remota Kant, no início dos anos de 1980, ele o faz para se opor a uma tradição hegeliana da filosofia. Assim, apresenta a noção de assujeitamento derivada de Kant e, paradoxalmente, de

uma leitura realizada por Foucault a partir de Nietzsche. Assim, a sujeição derivaria de um mito de origem, a dialética do senhor e do escravo contada por Hegel; ao passo que a pergunta formulada por Foucault, a partir de Kant, se opõe visceralmente contra um momento originário. Assim, enquanto a noção de sujeição se rende à fatalidade histórica, justificando a ordem política e social organizada em torno da existência de sujeitadores eujeitados, a leitura que faz Foucault do texto de Kant, recusando a hermenêutica do texto e a metafísica, coloca-nos a questão da atualidade: nós e a situação presente que eu analiso. Os homens se mantêm, portanto, na situação de obedientes por vontade própria, por covardia diante da coragem do saber, em situação de menoridade. Castelo Branco, ao defender uma posição de um Foucault militante, coloca que a tarefa urgente derivada da leitura de Kant é recusar a condição de tutela na qual os homens se encontram diante do livro, do médico e do guru. Ainda para Kant, está em jogo o uso da razão para fazer a passagem pessoal de uma situação de heteronomia para a autonomia. Ao invés de baixar o olhar diante da imposição do senhor, como na fábula contada por Hegel, olhar para o lado, usar a razão para se desvencilhar da sujeição. Assim, o que interessa da caracterização do iluminismo realizada por Kant é referência a uma situação de sujeição, a condição de menoridade, que não é natural e que, por isso, pode ser ultrapassada pelo uso da razão.

Ao avançar na leitura de Foucault, destaca a ultrapassagem de Kant. Se é possível perguntar pelo que somos, a tarefa urgente, diante dos processos de totalização e individualização do exercício do poder moderno, é recusar o que somos. Se para Kant o uso da razão levaria a saída da menoridade e, portanto, a aceitação de obediência refletida, como condição autônoma do sujeito, em Foucault, as lutas pela autonomia estaria na recusa do que somos contra a minoridade (na tradução sugerida por Castelo Branco), entendendo-a como situação de apequenamento, assujeitamento. Nesse momento, propõe uma correção na tradução da edição em português do texto de Foucault, na qual

consta que a tarefa seria “nos liberar do Estado”. Mostra Castelo Branco, que o problema colocado por Foucault é que devemos “nos liberar do Estado em nós mesmos”⁶. As lutas pela autonomia, então, passam por um trabalho de recusa do que somos como ultrapassagem dos limites que impomos a nós mesmos. Sabendo que não possível a total autonomia e que tampouco, tal ultrapassagem se confunde com a transgressão, que se refere sempre a norma e sua confirmação. Essa ultrapassagem está sempre relacionada a um momento histórico e no momento da vida em que nos encontramos. O que faz dessa tarefa de ultrapassagem constante uma *agonística*, uma luta perpétua como condição mesma da vida. Conclui-se, com isso, que a despeito de uma leitura de Foucault como um pessimismo, um niilista paranóico que vê poder em tudo, é pela atenção à noção de assujeitamento que se vislumbra a possibilidade sempre presente de resistir aos exercícios de poder. Da leitura nietzschiana que Foucault faz de Kant, depreende-se que há sempre um trabalho apolíneo que possibilita a emergência do dionisíaco.

Seminário 3

O terceiro seminário, *Protestos globais, internet e novos movimentos*, propôs uma conversa acerca dos atuais movimentos de protestos de rua que povoaram o ano de 2011. Sem a pretensão de esgotar a questão retomou-se alguns pontos que relacionam a chamada Primavera Árabe, os Indignados espanhóis e os movimentos de ocupação de praças iniciados com o *Ocuppy Wall Street*, em Nova Iorque. A despeito de da vinculação, quase que imediata, como o protestos antiglobalização iniciados em 1999, na cidade de Seattle, a primeira sessão desse seminário, que se ocupou muito mais em expor as notícias e interpretações desses eventos, em especial da Primavera Árabe, colocou três questões a serem trabalhadas na segunda sessão: o que é comum, tão

⁶ Trecho selecionada para publicação na *revista ecopolítica 1*. Cf. <http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista.html>

reivindicado por esses movimentos de protestos; qual a relação da atualidade com 1968?; qual a relação desses protestos com as transformações institucionais ocorridas na Europa em 1989?. Para isso, buscou-se, principalmente, as formulações do *comum* encontradas nos escritos de Giorgio Agamben; documentos e leituras contemporâneas do maio de 1968 francês e do *acontecimento 1968*, retirados dos volumes 13 e 14 da revista *Verve*; as análises do historiador inglês Timothy Garton Ash sobre a queda dos regimes comunistas no leste europeu. De imediato, paira sobre essas questões a tensão entre revolta e revolução. A referência para essa leitura é diferenciação estabelecida por Albert Camus, no livro *O Homem Revoltado*.

Para não alongar a exposição de cada um desses pontos levantados, cabe apontar que o seminário apontou para uma aproximação dos atuais protestos com a caracterização de Garton Ash de 1989, em especial pelo neologismo *refolução*, entendido como uma mudança de regime que se dá uma ruptura negociada. Na descrição do próprio Ash, trata-se de algo que ocorre “por uma mistura de protesto popular e negociação das elites, [onde] prisioneiros tornam-se primeiros-ministros e primeiros-ministros tornam-se prisioneiros” (p.22). Segundo a imagem cunhada pelo autor em referência à experiência da Revolução Francesa, a guilhotina sede lugar à mesa de negociações, ainda que ocorram enfrentamentos e violência pontuais nas ruas. Muito diverso de 1968, que precisamente por não se lançar, de imediato, em negociações de reivindicações, não se traduz em reformas institucionais, mas provoca uma transformação da maneira de viver dos jovens que se colocaram não como revolucionários, mas como revoltados. O efeito imediato, que a distância histórica possibilita indicar, é uma mudança de costumes sem negociação, que venho acompanhada de forte reação conservadora, que nos 1970 tomou forma nas primeiras investidas da racionalidade neoliberal. Em suma, enquanto 1968 fraciona e implode o absoluto, o universal, pela revolta e a afirmação de uma multiplicidade; o que se inaugura com 1989 e possibilidade político-

institucional de recolocar o absoluto e o universal pela negociação e entendimento da diversidade como pluralidade, em busca de direitos de cidadania pela valorização da atuação da chamada sociedade civil, projetada globalmente. A hipótese a ser desdobrada é que os protestos globais iniciados em 1999 e espargidos em 2011 é que eles ainda não possuem a institucionalidade de 1989, mas também, não são mais a potência expressa por 1968.

Partindo dessa caracterização histórica, o esforço teórico de Giorgio Agamben em retomar a pertinência do sentido político revolução apresenta-se como uma chave analítica dessa atualidade. Nesse sentido, Agamben pode ser tomado como contra-Ash, ainda uma contraposição. Para Agamben, em um pequeno livro *O que é o contemporâneo?* (reunião de três conferências) a noção de revolução se constitui na busca do tempo messiânico (*kairós*), que recoloca a possibilidade da constituição do *comum* (*kainôn*). Assim a revolução estabelecerá uma interface como o tempo (opondo *kairós* à *cronos*); se fará como uma *ligeira* diferença, provocando um deslocamento que colocaria as coisas um pouco fora do lugar; produzindo, assim, um corte entre o mundo profano e messiânico. Agamben parte da caracterização da noção de dispositivo, forjada por Michel Foucault, para afirmar a constituição do mundo dividido em duas grandes categorias: os vivos e os dispositivos. O sujeito moderno é “o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os vivos e os dispositivos” (p.41), um processo de subjetivação. Ocorre que a velocidade dos atuais dispositivos, em especial os eletrônicos como os computadores e os celulares, produzem muito mais dessubjetivação do que processos de subjetivação. Agamben nomeia esse movimento como a produção de um sujeito *espectral*. Considerando que as principais ferramentas dos movimentos contemporâneos são precisamente o telefone celular e o computador conectado à internet, há de considerar uma existência espectral desses sujeitos.

Dessa reflexão, deriva a conclusão de Agamben que resistir um hoje, reside em pensar além do sujeito, o que ele define como “uma singularidade qualquer”, um *gesto* que seria a ação do sujeito como suspensão. O comum, seria a própria condição de vivente desses sujeitos, o que situa a reflexão de Agamben no campo da biopolítica, ainda que o autor possua uma interpretação bastante idiossincrática da noção de Foucault.

Por fim, o autor coloca, em texto recente⁷, para os movimentos hodiernos, que privilegiam o espaço da cidade, o desinteresse pela natureza psicológica, econômica e social desses processos políticos, em favor de questionar os processos de subjetivação, questionando a capacidade de agir dos sujeitos (o que ele define como gesto). E conclui: “porque que creio que o êxito do conflito dependerá exatamente disso: da capacidade de intervir e agir sobre os processos de subjetivação, de modo a atingir aquele ponto que eu chamaria de *ingovernabilidade*. Aquele ingovernável sobre o qual pode fazer naufragar o poder na sua figura de governo; e este ingovernável que é também para mim o início e o ponto de fuga de toda política”⁸.

A questão que fica a ser investigada, diante da constatação de um esforço teórico em refazer a pertinência da revolução como ato instaurador de uma nova política, é como também seguir pensando as transformações hodiernas, conectadas aos dispositivos eletrônicos, numa chave de análise da biopolítica?

Seminário 4

Quarto e último seminário pertinente ao fluxo PCA, realizado por Edson Passetti, pesquisador responsável do PTE, e denominado *o ingovernável*. A exposição iniciou-se pela diferenciação entre práticas de libertação e de liberação. Reconhecendo sempre a recolocação de alguma ordem diante delas e

⁷ Ver Giorgio Agamben. “Metropolis”, em <http://www.generation-online.org/p/fpagamben4.htm>, consultado pela última vez em 20.02.2012.

⁸ Idem. Tradução livre.

alertando que as práticas de liberação não se constituem como sinônimo de liberdade, pois é preciso, para elas ocorram, um exercício livre. Nesse sentido, para se estudar as práticas de liberdade, é preciso atentar para as microfísicas do poder como situação estratégica, na medida que se tratam de práticas que rompem com sujeições e assujeitamentos. Destarte torna-se possível diferenciar uma leitura dos escritos de Michel Foucault, que assume uma perspectiva kantiana (liberal), de uma leitura libertária, que busca outras possibilidades para suas indicações metodológicas. Nessa segunda perspectiva, situa-se a leitura apresentada pelo expositor.

Passetti coloca a premissa de que poder é sempre uma relação entre livres, que: a) reconhece o outro como sujeito da ação; b) seu reconhecimento pressupõe a não destruição do outro, isso ocorre apenas como racismo de Estado; c) as relações e poder instauram governos das condutas; d) precisamente por isso, é necessário que exista escolha livre de cada um. Os assujeitamentos se produzem no jogo do governo das condutas. Assim, para que haja práticas de resistências, é preciso haver liberdade. Essas resistências podem ser individuais ou coletivas e sempre incorporam outras relações de poder. Assim, o que permite diferenciar uma situação estratégica de um estado de dominação, é o bloqueio das resistências por uma estrutura hierárquica. O exemplo histórico desse bloqueio seriam as experiências de estruturas totalitárias, nas quais as práticas de liberdade estariam acossadas. Limitar essa leitura foucaultiana à posição do liberalismo funcionaria apenas para ampliar o campo de ação das práticas liberais, lidando e exercitando a crítica às exceções do neoliberalismo. Não liberar-se das relações de poder, mas liberar os grupos dos exercícios autoritários.

De uma perspectiva libertária, como não há ilusão de uma liberdade absoluta, desde as iniciais formulações de Proudhon, o que está em jogo na situação estratégica é a ética como *agonística*, combate incessante. O liberal busca uma institucionalização da liberdade; o libertário vive em confronto com

as institucionalizações. Por isso, para um libertário é preciso insurreição, que começa em cada um.

Na passagem do século XX para o XXI a noção de programa político interrompe a possibilidade de inovação e reversão das relações de poder, pois para os liberais ela é capaz de trazer inovações úteis. O que nos dias hoje é papel que realiza as elites secundárias. Nessa configuração das relações de poder, as resistências se expressam ao fazer emergir o intolerável. Assim, todo jogo diante da dor ao intolerável é suspeita do tolerante, instauração do que é tolerável e tolerante. Assim, realiza-se a dissimulação das subjetividades pro um programa tolerante de simulações. Assim, para interpretação kantiana de Foucault, a oposição ao intolerável é sempre a luta contra a vida fascista. Questão colocada para os libertários no seminário é: qual é a luta contra a vida liberal para além da luta antifascista?

Se Foucault coloca que as lutas políticas são sempre locais, pontuais, incertas, frágeis, provisórias, enfim, lutas anárquicas; é preciso atentar para além da democracia, que pressupõe isonomia e isegoria, mas que expõe o exercício da parrésia ao risco da vingança institucional. Desde já, não há uma utopia a ser perseguida, mas a invenção de outros espaços como heterotopias.

Nesse ponto a exposição passa a precisar o sentido de política como arte de viver e da profanação. A primeira se caracteriza como invenção nas formas de vida, que implica o governo de si, fora do campo do governo das condutas. Passetti, sugere aqui, uma microfísica da liberdade. Uma prática libertária que implica em associar-se e resistir ao governo dos outros. Fora do instituto da lei, um desindividualização no associar-se e a invenção de novas subjetividades. Profanar se define como restituição do humano diante do sagrado, quando todos se encontram num campo religioso. Esse pode ser apontado como toda construção do projeto das luzes que busca, desde Kant, o que somos e como somos, questão liberal. A questão que interessa a uma leitura libertária de Foucault é: contra o que somos!

Se na sociedade disciplinar a relação inclusa/exclusão amplificou a potência de revolta contra a exclusão, na sociedade de controle as capturas velozes, não instauram dicotomias e trabalham na anulação de resistências, que inclui todos para aplacar a revolta. A leitura entre as conexões entre uma tecnologia de poder e outra, por vezes cria confusões ou misturar ou tratar como sinônimos redes (sociedade disciplinar) e fluxos (sociedade de controle), vigilância (sociedade disciplinar) e monitoramento (sociedade de controle). Na sociedade de controle há um efeito espetacular de descentralização, no qual todos são convocados a monitorar todos, numa polícia da vida. Esse monitoramento e essa polícia da vida implicam a produção de um ser tolerante e responsável. As relações de posicionamento e contraposicionamento se deslocam para uma articulação transterritorial que administra populações e ambientes vulneráveis em escala planetária. Desta maneira, o Homem, sede lugar à *vida*, o que está em jogo hoje é a preservação da vida de cada ser vivente.

Nesse ponto Passetti recorda texto seu apresentado no Colóquio Internacional Michel Foucault ocorrido em 2009, na UFRJ. Neste trecho situa a atitude de profanação desvinculada da restituição do humano, o ingovernável como linha de fuga da política, mas que não restitui ou constitui uma nova política, apenas outras possibilidades de vida libertária. A dissimulação na sociedade de controle opera uma dessubjetivação, diante disso, o que interessa, para além da profanação do sagrado, é o inumano profanando os programas, a produção de coágulos. Não um coágulo orgânico, mas o que acaba com a organicidade, o que talvez transforme o atual sono anarquista em um pesadelo. Os dois problemas que ficam: se o ingovernável é o princípio e o fim da política, cabe a nós mostrar como estão se constituindo os novos dispositivos, como formam as novas institucionalizações.

Breve conclusão

O conjunto de seminários apresentou questões, indicou leituras, esclareceu pontos importantes para o desenvolvimento do PTE. Muitas vezes colocou problemas a serem tratados pelo PTE que receberam tratamento diverso no desdobrar da pesquisa. Além disso, funcionou, durante todo ano, como atividade informadora e formadora da equipe de pesquisadores em todos os níveis, na medida em que participaram regularmente dessas atividades desde os 12 estudantes de Iniciação científica até o pesquisador responsável do projeto. No que diz respeito ao fluxo PCA, os seminários funcionaram não apenas como momento de busca de referências e problematizações, mas também, como momentos de conversação entre o conjunto de pesquisadores do PTE sobre a atual situação das resistências na sociedade de controle e a expansão dos controles e práticas de governo que ampliam a convocação à participação e constituem as tecnologias de poder que compõem os campos de concentração a céu aberto.